

DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL: UMA ANÁLISE HISTÓRICA E CONTEMPORÂNEA ACERCA DOS PRINCIPAIS DETERMINANTES

Debate o discusión en teoría social

GT 33 – Sociología del Desarrollo

CARLOS EDUARDO PINTO SANTIAGO
CEAM – PPGDSCI – UnB / Bolsista do Sebrae Nacional

Resumo

Este ensaio tem por objetivo realizar uma revisão não sistemática acerca da literatura que analisa a desigualdade de rendimentos sob a ótica dos fatores que a explicam. Após indicar quais os principais fatores determinantes da elevada e recorrente desigualdade de renda brasileira durante o período 1970-2000, o autor esboça o cenário recente de melhoria nos indicadores de distribuição de rendimento no país, especificando, também, alguns determinantes apontados pelos estudiosos brasileiros que analisam o fenômeno.

Palavras-chave: distribuição de renda, desigualdade, determinantes

Introdução

A busca por fatores que expliquem a desigualdade entre indivíduos é recorrente, mutável e remota no campo das ciências sociais. De acordo com Sen & Foster (1997), a temática fazia parte das preocupações de Rousseau, expressa em sua obra *Dissertation on the Origin and Foundation of the Inequality of Mankind* – escrita no século XVIII. Na medida em que o sistema capitalista se consolidava, crescia a variedade de rendimentos entre os diversos trabalhadores, e num contexto inicial da produção fordista, Dalton (1920) afirmava ser desejável uma considerável redução na desigualdade de renda encontrada na maioria das comunidades modernas.

A má distribuição de rendimentos no Brasil é destaque tanto na literatura internacional quanto doméstica. Ao mencionar o caráter endêmico da desigualdade de renda, Fields (2002) cita o caso brasileiro e aponta que os 20 por cento mais ricos possuem uma parcela da renda trinta e duas vezes superior à parcela dos 20 por cento mais pobres. Hoffman (2001) indica que Celso Furtado - ao final da década de 1960 - entendia a concentração de renda como maior obstáculo ao desenvolvimento do país.

Este trabalho tem por objeto revisar a literatura que trata dos determinantes do elevado grau de desigualdade de renda no Brasil, bem como indicar fatores explicativos da recente trajetória de atenuação da distribuição de renda no país. A abordagem escolhida pelo autor consiste numa revisão não sistemática dos principais debates e idéias formuladas pela literatura nacional entre a década de 1970 e o início dos anos 2000 (primeira seção), bem como uma análise preliminar do cenário de queda nos índices de desigualdade de renda brasileira que surge com destaque no início do século XXI (segunda seção). O ensaio se encerra com uma reflexão acerca dos limites da revisão de literatura realizada e esboça alguns temas que podem ser aprofundados pela extensa e periódica produção acadêmica que trata dos determinantes da desigualdade de renda brasileira, no sentido de superar algumas lacunas existentes.

Desigualdade de renda no Brasil: fatores explicativos à luz dos debates no período 1970-2000.

Os trabalhos pioneiros de Fishlow (1972) e Langoni (1973) são tidos como referência no estudo acerca da crescente desigualdade de renda brasileira na década de 1960. Dado o consenso que de fato a distribuição de rendimentos no país tinha piorado, era preciso interpretar o fenômeno. Ferreira (2000) aponta o debate entre dois grupos distintos: o primeiro, encontrava na educação – distribuição e natureza dos retornos a ela – o principal determinante da distribuição de renda brasileira; o segundo olhava o funcionamento do mercado de trabalho, especificamente o papel de políticas públicas repressivas que minavam o poder de barganha do trabalhador.

Barros e Mendonça (1995) qualificam o debate enunciado. Segundo os autores, o ponto de divergência entre Langoni e Fishlow consistiu nos efeitos da sensibilidade dos salários à educação na elevação da desigualdade. Enquanto o primeiro entendia que o sistema educacional perdeu a corrida contra a expansão tecnológica fazendo com que a demanda por trabalhadores qualificados tenha se expandido mais rapidamente do que a oferta, o segundo não vê relações entre o aumento na sensibilidade e mudanças no mercado de trabalho pelo desequilíbrio demanda-oferta, mas sim por mudanças institucionais ligadas ao mercado de trabalho levadas a cabo pelo regime militar.

É importante mencionar que a caracterização do debate Fishlow-Langoni como uma mera dicotomia entre educação e mercado de trabalho explicando o acréscimo de desigualdade se configura uma análise superficial e equivocada. Fishlow (1973) defende que juntamente com a idade, o setor de atividade e o fator regional, as diferenças na educação explicam mais da metade da desigualdade de renda observada. O autor argumenta que a educação é mais importante do que diferenças setoriais, mas não explica sozinha a distribuição de renda na década de 1960¹.

Apesar de iniciar sua análise indicando esta suposta dicotomia superficial, Ferreira (2000) argumenta que o entendimento dos pontos comuns às análises pioneiras só se deu após quase vinte anos. O autor reconhece que nesse período evidenciou-se a importância da distribuição da educação – estrutura e retornos – como principal determinante da desigualdade da renda familiar *per capita* brasileira, mas se aproxima de Fishlow quando defende “o fato de que nem toda a desigualdade se deve a diferenças em escolaridade ou experiência” (FERREIRA, 2000).

Reconhecida a importância e prevalência das diferenças educacionais na determinação dos diferenciais salariais, Coelho e Corseuil (2002) esclarecem que no Brasil, duas correntes distintas utilizam a equação de salário para identificar a relação do salário com seus determinantes. De um lado, aqueles que documentam medidas de sensibilidade do salário relacionadas a variações de nível em seus determinantes. Do outro, analistas que buscam identificar quais os determinantes mais importantes para explicar a distribuição de salário observada. Alertando para as dificuldades de obtenção de dados nas décadas de 1970 e 1980, os autores indicam que houve certa estagnação em estudos dos determinantes da distribuição salarial, fato revertido a partir da década de 1990. Nesta retomada de estudos, preponderaram análises acerca da relação entre educação e salário, talvez pelo fato de que a “implicação para política da relação entre educação e salário é mais evidente do que a implicação da relação do salário com outros determinantes” (COELHO E CORSEUIL, 2002).

O estudo “Os Determinantes da Desigualdade no Brasil” (Barros e Mendonça, 1995) se destaca dentre os trabalhos que utilizam a teoria do capital humano para explicar o diferencial de rendimentos no Brasil, ficando clara a identificação dos autores com a linha metodológica adotada por Langoni².

¹ “We may conclude that education takes us part, but unfortunately not all, of the way in explaining the Brazilian distribution of income in 1960” (FISHLOW, 1973).

² “Langoni [...] estuda, **profunda e elegantemente** como a desigualdade de renda é gerada e revelada pelo mercado de trabalho a partir da heterogeneidade da força de trabalho com respeito a nível educacional, idade, sexo, setor de atividade e região de residência” (BARROS E MENDONÇA, 1995).

Com clareza conceitual e teórica, os autores postulam que o mercado de trabalho possui um papel de transformador e gerador de desigualdades, a partir de uma idéia de preparação e competição (corrida).

As desigualdades de rendimento seriam fruto tanto das desigualdades de condição – oportunidades diferentes correspondentes ao período em que os indivíduos acumulam capital humano – quanto das desigualdades de resultado – que incorporam componentes que não se relacionam com diferenças na preparação, ou seja, que é gerada durante a competição. A partir desta lógica, os autores tinham por intuito analisar se o mercado de trabalho de fato gerava desigualdade ou apenas transformava a desigualdade já existente. No primeiro caso, fatores como a discriminação e a segmentação (observados na etapa de competição) são preponderantes. No sentido contrário, características inerentes à preparação para a corrida – notadamente o diferencial educacional – teriam maior peso na explicação da desigualdade vigente.

Desta forma, os autores categorizaram sete fatores que poderiam explicar o diferencial de rendimentos da população brasileira. Seis deles estavam associados à noção de que é no mercado de trabalho que os rendimentos tornam-se desiguais (a instituição gera desigualdades). O sétimo fator consistia no papel da escolaridade. Para avaliar o impacto de cada fator explicativo, Barros e Mendonça utilizaram uma técnica de estimação que buscava explicar o impacto de cada determinante na desigualdade caso o fator em questão – *ceteris paribus* – fosse eliminado. A tabela abaixo explicita os resultados encontrados no estudo.

QUADRO 1 - FATORES EXPLICATIVOS DA DESIGUALDADE DE RENDA

DETERMINANTE	CONTRIBUIÇÃO PARA A DESIGUALDADE
Segmentação Setorial	5 a 15%
Segmentação Formal e Informal (carteira de trabalho assinada)	entre 5 e 10%
Segmentação Regional	entre 2 e 5%
Discriminação por Gênero	cerca de 5%
Discriminação por Raça (cor)	2 %
Projeção de Experiência (tempo empresa)	ordem de 10%
Projeção da Educação (escolaridade)	de 35 a 50%

Fonte: Barros e Mendonça, 1995.

Com base nas estimativas apresentadas, a conclusão dos autores foi que o mercado de trabalho mais transforma do que gera desigualdades. Os *policy-makers* que quiserem adotar medidas de atenuação da desigualdade devem priorizar esforços nas desigualdades de condição, pois “a contribuição da educação é consideravelmente maior do que a contribuição de qualquer forma de segmentação e discriminação ou demais características individuais investigadas” (Barros e Mendonça, 1995).

Inúmeros estudos robusteceram o destaque dado à escolaridade como determinante da desigualdade. Ramos e Vieira (2001) destacam que apesar de uma redução no poder de explicação durante a década de 1980, a relevância da educação passou a crescer nos anos noventa – contribuição bruta variou passando de 25,9%, em 1989, para 33,0% em 1999. Merece destaque, também, a evolução da importância relativa à segmentação no mercado de trabalho, mais especificamente a posição na ocupação, que no estudo em questão apresenta uma taxa de contribuição bruta na ordem 18,2% em 1999 – apesar de possíveis diferenças metodológicas, chama atenção o fato de que o estudo de Barros e

Mendonça indicara que a variável contribuía com não mais do que 7% na explicação da desigualdade de renda.

Coelho e Corseuil (2002) fazem uma extensa e rica revisão da literatura sobre os estudos ligados à teoria do capital humano, desde aqueles que analisam o impacto de um ano adicional de estudo sobre os salários até o estudo dos diferenciais salariais por sexo. Sintetizando os principais estudos elaborados entre a década de 1970 e o início do século XXI, chegam às seguintes conclusões: i) a experiência adquirida na firma afeta mais os salários do que a adquirida no mercado de trabalho de uma forma geral; ii) a discriminação por sexo vem diminuindo e, assim como por cor, aumenta com o nível educacional; iii) o prêmio salarial associado ao setor de atividade tende a ser relacionado com o grau de desenvolvimento tecnológico do setor; iv) os salários tendem a ser mais altos nas regiões mais prósperas; v) o setor público paga salários mais altos que o privado (com exceções provavelmente em São Paulo); vi) há evidências de segmentação do mercado de trabalho associado à posse de carteira de trabalho (benefícios previdenciários e melhores salários); vii) Os trabalhadores sindicalizados recebem salários maiores do que os não-sindicalizados (especialmente os mais educados, experientes e brancos).

A despeito da crescente utilização da teoria do capital humano nos estudos elaborados por pesquisadores brasileiros, com a disseminação da idéia de que o salário de um trabalhador cresce à medida que sua escolaridade é elevada, Hoffman (2001) avalia que a importância da educação como determinante do rendimento das pessoas provavelmente é superestimada, devido à indisponibilidade de bons padrões de mensuração para outros determinantes de renda positivamente correlacionados à escolaridade. Apesar da divergência teórica (análise econométrica), o autor defende que é necessário aumentar rapidamente a escolaridade média do brasileiro a fim de atenuar as desigualdades no país.

Além dos determinantes abordados até aqui, a desigualdade também apresenta sensibilidade a outras variáveis estudadas pela literatura brasileira. Gandra (2004) discorre sobre a tese da abertura do leque salarial, elaborada por Edmar Bacha. O autor buscava mostrar por meio de argumentos de natureza sociológica e organizacional que a remuneração dos trabalhadores “colarinho branco” seguia uma lógica diferente (vinculada aos lucros das empresas) dos salários dos empregados subordinados (definidos no mercado de trabalho neoclássico). Há a percepção, portanto, de que a posição na ocupação interfere na desigualdade de renda.

Diniz e Arraes (2005) destacam, ainda, importância de fatores macroeconômicos como relacionados ao aumento das desigualdades de renda no país, notadamente a inflação. Ademais, outras variáveis como salário mínimo, variação do nível de demanda e desemprego foram analisadas por economistas brasileiros, que apesar de não compreendê-las como determinantes estruturais da desigualdade de renda, entram em consenso ao entender que elas a influenciam (Gandra, 2004).

Desigualdade de renda em queda: cenário e determinantes

Ao longo do período analisado na primeira seção (1970-2000), uma das principais inquietações dos estudiosos brasileiros acerca da distribuição de renda consistia no caráter inicialmente crescente e posteriormente persistente dos indicadores de desigualdade. Tal preocupação se justificava na medida em que o país vivenciara um processo de intenso crescimento econômico, sem observar os indicadores de desigualdade seguindo um padrão “estável durante um período, e diminuindo nas fases posteriores” (KUZNETZ, 1995 apud HOFFMAN, 2001).

Nas últimas quatro décadas do século XX, o Brasil esteve inserido num ciclo vicioso de expansão da desigualdade de renda, com baixa capacidade de reversão. O Índice de Gini saltou de 0,50, em 1960, para 0,63 em 1990 (Barros e Mendonça, 1995), fazendo com que o país fosse reconhecido internacionalmente como um dos mais desiguais do mundo. Se tomarmos outra medida de desigualdade – razão entre a renda dos 10% mais ricos em relação aos 40% mais pobres – a situação também é crítica. Barros e Mendonça (1995) classificaram o Brasil em último lugar num ranking com

55 países, apresentando uma razão 10+/40- na ordem de 29,8³.

Transcorrida a primeira década do século XXI, o olhar dos pesquisadores acerca da desigualdade brasileira a passa ser outro: temos o menor nível de desigualdade de renda – mensurado pelo Índice de Gini – desde o início da série histórica (0,535 em 1960; 0,527 em 2011). As pesquisas desenvolvidas ao longo dos anos 2000 anunciam a boa nova: “o grau de desigualdade de renda no Brasil declinou de forma acentuada e contínua, atingindo, em 2005, o nível mais baixo dos últimos 30 anos” (BARROS, CARVALHO, FRANCO e MENDONÇA, 2007); “redução da desigualdade de renda no Brasil ao nível mais baixo já medido por esta Pesquisa⁴” (SOARES, 2006); “melhora inequívoca da distribuição individual dos rendimentos do trabalho no final da década de 1990 e no início da corrente, assim como no decênio em geral” (RAMOS, 2007);

Pesquisas mais recentes, como a de Neri e Ferreira (2012); Gonçalves (2011); e Lustig e Lopez-Calva (2011) confirmam o cenário de redução da má distribuição de renda brasileira observado na última década. Destaco alguns apontamentos extraídos a partir da leitura pormenorizada destes três estudos e que se representam o panorama brasileiro no que diz respeito à queda na desigualdade de rendimento:

- i) a renda dos mais pobres cresceu 91,2% entre 2001 e 2011. O rendimento do décimo mais pobre cresceu 550% mais rápido que o dos 10% mais ricos;
- ii) numa perspectiva comparada, a renda dos 10% mais ricos nos anos 1960 sobe 66,87%, quase o aumento de renda dos 50% mais pobres na década de 2000, e vice-versa (imagem invertida no espelho da desigualdade);
- iii) a renda de grupos tradicionalmente excluídos, como negros, analfabetos, crianças, nordestinos, moradores do campo e cresceu mais no século XXI;
- iv) embora tenha ocorrido queda da desigualdade de renda, de modo geral, os países da América Latina (dentre eles o Brasil) continuam com coeficientes de Gini muito mais elevados do que a média mundial;
- v) entre a década de 1990 e a de 2000, o Brasil cai uma posição no *ranking* mundial dos países mais desiguais – da quarta para a quinta posição⁵.

Destacadas as características da diminuição da desigualdade de renda no país, faz-se necessário buscar explicações sobre este processo. Em outras palavras, que fatores determinaram uma melhor distribuição de renda na primeira década do novo século? Dentre os estudos analisados, parece haver consenso – apesar de algumas interpretações divergentes⁶ – de que o mercado de trabalho menos desigual, contribuiu, sobremaneira, para a queda na desigualdade.

Soares (2006) sustenta a ideia de que o mercado de trabalho atuou como principal mecanismo de desconcentração de renda – a progressividade da renda do trabalho responderia por $\frac{3}{4}$ da queda na desigualdade. O autor defende que a desigualdade de renda seria atenuada por meio da redução do efeito concentração da renda do trabalho. Este processo se dá devido ao fato de que melhorias no sistema educacional geram uma oferta de trabalho mais qualificada, que mediante o efeito preço levaria menores salários para trabalhadores com escolaridade elevada e maiores salários para indivíduos com níveis educacionais inferiores. O autor cita, mesmo que com menor representatividade, a política social do Estado como elemento redutor de desigualdade.

³ Os autores mencionam que em 1989 – ano referente às informações foram divulgadas – a razão média 10+/40- era em torno de 10, enquanto que na Holanda, líder do ranking, os 10% mais ricos auferiam uma renda 3,8 superior à dos 40% mais pobres.

⁴ O autor se refere à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, especificamente a divulgada no ano 2004.

⁵ O Brasil pode estar numa situação melhor no *ranking*, pois o mesmo desconsidera países extremamente desiguais – Haiti, Angola, Belize, e Namíbia – pelo fato dos mesmos não disporem de dados referentes à década de 1990. Neri e Ferreira (2012) apontam que o Brasil está na lista dos quinze países com maior desigualdade de renda no mundo.

⁶ De certa forma esperada, tendo em vista que os períodos analisados não são os mesmos – 1995-2005; 2001-2004; 2001-2005; 2001-2011.

Corroborando com esta idéia, Ramos (2007) argumenta que a queda da desigualdade no âmbito do mercado de trabalho contribuiu de forma expressiva para a queda da desigualdade de renda observada nos últimos anos, e o papel da escolaridade, em forma de distribuição e retornos, foi fundamental para isso.

Lustig e Lopez-Calva (2011) também apontam melhorias na distribuição da renda familiar do trabalho por adulto como responsável por 31% a 46% do declínio da desigualdade. Mais uma vez, destaca-se o efeito preço de mudanças na distribuição de escolaridade. Além deste fator, os autores apontam o aumento na integração espacial e setorial do mercado de trabalho (áreas metropolitanas *versus* não-metropolitanas) e transferências governamentais não-contributivas melhor focalizadas e ampliadas.

Neri e Ferreira (2012) apontam melhorias nos coeficientes de concentração tanto da renda do trabalho quanto da previdência – principais fontes de renda da população brasileira. Os autores defendem que cerca de 60% da queda do Índice de Gini decorre do fato de que o mercado de trabalho ficou menos desigual. Merece destaque, também, a análise de que o Programa Bolsa Família apesar de baixa proporção no rendimento total familiar, causou mais de 10% da queda da desigualdade na década.

Por sua vez, Barros, Carvalho, Franco e Mendonça (2007) dão destaque à renda não derivada do trabalho⁷, que contribui com cerca de 50% do declínio da desigualdade observada. Já as mudanças na distribuição da renda do trabalho explicam cerca de 1/3 da queda da queda observada na desigualdade. Percebe-se, portanto, que as mudanças na distribuição da remuneração do trabalho entre os ocupados foram o principal determinante da redução de desigualdade de renda no país.

Por fim, é interessante mencionar que outras variáveis subjetivas também podem ser analisadas como determinantes da queda da desigualdade de renda no país. Em sua análise, Gonçalves (2011) utiliza como argumentos que explicariam a tendência de redução de desigualdade – no Brasil e na América Latina – o imperativo da governabilidade (legitimidade do Estado e estabilidade política); luta pelo poder político (a partir do foco na perpetuação no poder, desenvolvem-se políticas de redução da desigualdade com fins eleitorais); e menor vulnerabilidade externa conjuntural (ascensão econômica mundial gera excedentes que viabilizam políticas distributivas). Apesar de não serem falseáveis, estas hipóteses são importantes, pois contemplam uma dimensão pouco explorada no estudo das desigualdades: a dinâmica política e seus impactos sobre a distribuição de renda.

Conclusão

O interesse acadêmico acerca da desigualdade de renda parece ser diretamente proporcional à complexidade inerente a uma compreensão holística e certa acerca desta relevante temática. Apesar de certa dependência em relação à academia internacional no que diz respeito a construções teóricas e metodológicas, o Brasil é foco de análises e produtor de relevantes trabalhos empíricos sobre fatores que explicam como se dão as desigualdades de rendimento.

Ao longo deste ensaio, mostrou-se que a explicação acerca dos determinantes da má distribuição de renda apresenta grande número de adeptos da noção de sensibilidade dos salários aos efeitos educacionais. A teoria do capital humano e as equações de salário preponderam nos estudos realizados acerca da desigualdade de rendimentos. Entretanto, nota-se que outros aspectos (institucionais e macroeconômicos) devem ser levados em conta, pois apesar da representatividade dos fatores educacionais, os mesmos não esgotam os determinantes de nossa desigualdade.

⁷ De acordo com critério adotado pelos autores, composta por: (i) aluguéis; (ii) juros e dividendos [**ativos individuais**]; (iii) ajuda de não-moradores e (iv) outras pensões e aposentadorias [**transferências não governamentais**]; (v) pensões e aposentadorias públicas, (vi) Benefício de Prestação Continuada (BPC), e (vii) benefícios do Programa Bolsa Família (PBF) e correlatos [**transferências governamentais**].

O Brasil é extremamente atraente do ponto de vista dos estudos de distribuição de renda porque, além de apresentar uma trajetória com elevada e inercial desigualdade durante as décadas de 1960 e 1990, apresentou no período recente uma queda robusta nos indicadores de desigualdade. Apesar dos avanços, o país ainda figura no topo das nações com pior distribuição de renda. Estudos recentes apontam que as transformações no mercado de trabalho (via aumento do salário mínimo e melhorias no sistema educacional) constituem principais determinantes da redução da desigualdade brasileira, com algum destaque para transferências de renda e redução no efeito concentração da fração previdenciária no total de renda auferido pela população.

A revisão de literatura realizada neste ensaio apresenta algumas limitações. A primeira delas diz respeito ao aparato metodológico utilizado na maioria dos trabalhos que buscam examinar a desigualdade de renda com maior rigor. Não foram contemplados, por exemplo, estudos seminais sobre decomposição de índices e análises contrafactuais. Além disso, apesar de boa cobertura e atualidade acerca dos estudos brasileiros que exploram a temática, pesquisas internacionais que compõem o arcabouço teórico sobre os determinantes da desigualdade de renda poderiam ter sido melhor exploradas em termos de volume e qualidade.

Merece menção, também, alguns pontos que podem ser melhor explorados pela literatura que trata da distribuição de renda. Em algumas análises levantadas neste ensaio constatou-se que a desigualdade de renda no Brasil encontra-se concentrada no topo da distribuição – 10% mais ricos. Diante deste sentido, é preciso complementar os estudos sobre crescimento pró-pobre e o rebatimento disso na redução da desigualdade com pesquisas sobre o topo da pirâmide. Outro componente que é pouco explorado na literatura diz respeito à análise de bem-estar (nível de renda). No mesmo sentido, é pouco explorada a evolução das disparidades absolutas de renda, ao contrário das recorrentes abordagens que priorizam as desigualdades relativas. Avanços na análise de fatores externos ao mercado de trabalho, como a estrutura financeira dos países, também poderiam enriquecer o entendimento da desigualdade e seus determinantes.

É difícil compreender problemáticas futuras com as lentes do presente, fortemente influenciadas pelo passado. Talvez nas próximas décadas possamos visualizar e compreender melhor as dimensões não-monetárias da qualidade de vida – preocupação da Comissão sobre a Mensuração de Desempenho Econômico e Progresso Social – e superar as divergências conceituais e teóricas que não são capazes de prever medidas e políticas efetivas que levem os níveis de desigualdade de renda a patamares civilizatórios desejados.

Referências

- Barros, R. & Mendonça, R. (1995). *Os Determinantes da desigualdade no Brasil*. Ipea.
- Barros, R., Carvalho, M., Franco, S., & Mendonça, R. (2007). *Determinantes imediatos da queda da desigualdade de renda brasileira*. Ipea.
- Coelho, A. M., & Corseuil, C. H. (2002). *Diferenciais salariais no Brasil: um breve panorama*. Rio de Janeiro: Ipea.
- Dalton, H. (1920). *The Measurement of the Inequality of Incomes*. The Economic Journal.
- Diniz, M. B. & Arraes, R. (2005). Desenvolvimento Econômico e Desigualdade de Renda no Brasil. In *Forum BNB de Desenvolvimento / Encontro Regional de Economia*. Fortaleza: Banco do Nordeste.
- Ferreira, F. H. G. (2000). Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou

heterogeneidade educacional? In R. Henriques (Ed.), *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea.

Fields, G. S. (2002). *Distribution and Development: A New Look at the Developing World*. MIT Press.

Fishlow, A. (1972). *Brazilian Size Distribution of Income*. American Economic Association

Gandra, R. (2004). *O Debate sobre a desigualdade de renda no Brasil: da controvérsia dos anos 70 ao pensamento hegemônico dos anos 90*. Instituto de Economia/UFRJ.

Gonçalves, R. (2011). *Redução da desigualdade de renda no Governo Lula: análise comparativa*. Instituto de Economia/UFRJ.

Hoffman, R. (2001). Distribuição de renda e crescimento econômico. In *Estudos Avançados 15*. São Paulo.

Langoni, C. (1973). *Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura.

Lustig, N. & Lopez-Calva, F. (2011). *The decline in inequality in Latin America: how much, since when and why*. Tulane University.

Neri, M. e Souza, P. H.C. F. (2012). A década inclusiva (2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda. *Comunicados do IPEA n° 155*. Ipea.

Ramos, L. (2007). Desigualdade de Rendimentos do Trabalho no Brasil, de 1995 a 2005. In Barros, R. Foguel, M. & Ulysea, G. *Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: Ipea.

Ramos, L. & Vieira, M. L. (2001). *Desigualdade de rendimentos no Brasil nas décadas de 80 e 90: evolução e principais determinantes*. Ipea.

Sen, A., & Foster, J. (1997). *On economic inequality*. Oxford; New York: Clarendon Press; Oxford University Press.

Soares, S. (2006). Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004. *IPEA, Texto para Discussão*, (1166), 31.